

REQUERIMENTO

(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para que seja aberto ao público debate sobre a elevação progressiva dos preços dos combustíveis no país.

Sr. Coordenador:

Com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, requeiro a V. Exa. que, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada:

- ✓ Representante do Ministério de Minas e Energia;
- ✓ Presidente da Petrobrás, Sr. Caio Mário Paes de Andrade;
- ✓ Representante da Federação Nacional de Comércio de Combustíveis (Fecombustíveis);
- ✓ Representante da Associação Nacional do Petroleiros (FNP);
- ✓ Representante do Observatório da Economia Contemporânea (UNICAMP);
- ✓ Representante da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (ABICOM).

JUSTIFICAÇÃO

Em 24 de maio de 2022, o G1 divulgou que o preço da gasolina segue nas alturas nos postos do país – e no que depender do repasse da defasagem da paridade internacional, pode subir ainda mais.



No caso, mesmo sem o reajuste da gasolina neste período, a elevação progressiva dos combustíveis causou a demissão de mais um presidente da empresa. Na noite desta segunda-feira (23), o Ministério de Minas e Energia anunciou a demissão de José Mauro Ferreira Coelho, após 40 dias no cargo. Para seu lugar, o governo decidiu indicar Caio Mário Paes de Andrade, auxiliar do ministro Paulo Guedes no Ministério da Economia.

A política de preços da Petrobras tem sido alvo constante de pressão política e de críticas do próprio presidente Jair Bolsonaro, que tem dito que não tem poder de interferir nas decisões da Petrobras – mas já realizou 3 trocas na presidência da empresa.

Reportagem do jornal "O Globo" afirma que o ministro da Economia, Paulo Guedes, defende que a Petrobras adote uma regra que aumente o intervalo de tempo entre os reajustes dos combustíveis, para 100 dias ou mais, para amortecer a alta volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional – o que empurraria o problema político para depois da eleição.

O aumento nos preços de combustíveis é um fenômeno global, mas a forma como os consumidores sentem seus efeitos tem variado entre os países.

A consultoria Oxford Economics¹ tentou medir essa diferença confrontando o valor do litro da gasolina com o poder de compra em 30 países, calculando qual fatia ele representa da renda da população local.

O Brasil aparece entre os três primeiros da lista. Um litro de gasolina corresponde a 9% do salário médio diário do país, percentual menor apenas do que o registrado nas Filipinas (19%) e na Indonésia (13%).

Na visão dos analistas, mesmo com as mudanças da diretoria da Petrobras e do Ministério de Minas e Energia, a política de preços da Petrobras não deve mudar. A avaliação, porém, é que, mesmo com eventuais reajustes nas refinarias, os preços tendem a ser mantidos com alguma defasagem em relação à paridade internacional.

Segundo Sichel do Observatório, “uma coisa era fazer reajustes quando o preço estava menor. Agora estamos perto de patamares recorde,

¹ <https://www.bbc.com/portuguese/geral-61196994>



então isso dificulta e a Petrobras acaba segurando", diz o economista, que tem se posicionado contra o Preço de Paridade de Importação (PPI).

A Abicom alerta que o Brasil depende da importação de combustíveis para atender o mercado doméstico e que a defasagem inviabiliza as operações de importação – aumentando a concentração no mercado de distribuição e riscos pontuais de desabastecimento.

Assim, caso a Petrobras siga à risca a política de paridade - que prevê que os preços internos sejam reajustados a depender do preço do barril de petróleo e do câmbio -, a gasolina pode ficar ainda mais cara até o fim deste ano.

Dessa forma, por se tratar de assunto de grande relevância nacional, propomos uma audiência pública junto a essa Comissão para trazer o debate sobre a elevação progressiva dos preços dos combustíveis no país e possíveis soluções, razão pela qual solicitamos apoio aos nobres colegas para a devida realização dessa audiência pública nesta Comissão.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2022.

Dep. Leo de Brito PT/AC

